

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)

Understandings of History and Teaching in Narratives of Teachers from Espírito Santo during the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985)

Comprensiones de la historia y la enseñanza en narrativas de profesores del Espírito Santo durante la dictadura militar brasileña (1964-1985)

Compréhension de l'histoire et de l'enseignement sur des récits d'enseignants Capixabas (nom que l'on donne aux habitants de l'État d'Espírito Santo), pendant la dictature civilo-militaire brésilienne (1964-1985)

Miriã Lúcia Luiz
Universidade Federal do Espírito Santo
mirialuiz@gmail.com

Resumo: O artigo analisa compreensões da história e da docência que atravessaram experiências narradas por professores que ensinaram História durante a Ditadura Militar (1964-1985). Participaram do estudo sete professores que atuaram em escolas públicas no Espírito Santo. Fundamentando-se em Bloch (2001) e Ginzburg (2002, 2007), as análises revelam que mudanças provenientes do projeto político e educacional do período repercutiram no exercício profissional dos professores, tais como o aumento do número de alunos, baixos salários, pouca orientação pedagógica, desempenho insatisfatório dos estudantes e o controle de suas práticas.

Palavras-chave: História. Docência. Ditadura militar. Narrativas de professores.

Abstract: The article analyzes understandings of history and teaching that permeated the experiences narrated by teachers who taught History during the Military Dictatorship (1964-1985). Seven teachers who worked in public schools in Espírito Santo participated in the study. Based on Bloch (2001) and Ginzburg (2002, 2007), the analysis reveals that changes stemming from the political and educational project of the period had an impact on the professional practice of the teachers, such as the increase in the number of students, low salaries, little pedagogical guidance, unsatisfactory student performance, and control over their practices.

Keywords: History. Teaching. Military dictatorship. Teacher narratives.

Résumé : L'article présente une analyse de la compréhension de l'histoire et de l'enseignement à travers les expériences racontées par des enseignants qui enseignaient l'Histoire pendant la Dictature Militaire (1964-1985). Sept enseignants qui enseignaient dans des écoles publiques d'Espírito Santo ont participé à cette étude. En se basant sur Bloch (2001) et Ginzburg (2002, 2007), les analyses révèlent que des changements issus du projet politique et éducatif de cette période, ont eu un impact sur la pratique professionnelle des enseignants comme, l'augmentation du nombre d'élèves, des faibles salaires, peu d'orientation pédagogique, performance des étudiants peu satisfaisantes, ainsi que le contrôle des ses pratiques.

Mots-clés: Histoire. Enseignement. Dictature Militaire. Récits des enseignants.

Resumen: Artículo analiza comprensiones de la historia y la enseñanza que permearon las experiencias narradas por profesores que enseñaron Historia durante la Dictadura Militar (1964-1985). Participaron del estudio siete profesores que actuaban en escuelas públicas de Espírito Santo. Con base en Bloch (2001) y Ginzburg (2002, 2007), los análisis revelan que los cambios provenientes del proyecto político y educativo del período impactaron en el ejercicio profesional de los profesores, como el aumento del número de alumnos, bajos salarios, poca orientación pedagógica, desempeño insatisfactorio de los estudiantes y el control de sus prácticas.

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

Palabras clave: Historia. Enseñanza. Dictadura militar. Narrativas docentes.

Introdução

É com um olhar retrospectivo que nos propomos à redação deste artigo, especificamente ao ano de 2013, quando realizamos entrevistas com professores que trabalharam com disciplinas de História e afins durante o regime civil-militar brasileiro (1964-1985).¹

No Brasil, a disciplina História e a área de Ciências Humanas foram objeto de mudanças implantadas progressivamente durante o regime militar. Portanto, torna-se necessária uma análise dos relatos de professores que atuavam com essa disciplina em escolas públicas capixabas. Buscamos, nesse sentido, tatear a semi-invisibilidade da História no estado do Espírito Santo, Brasil, pela via do “mergulho nas fontes”, em busca de novas interpretações da realidade (Simões; Franco, 2004), pois, segundo Certeau (2008), a prática historiográfica produz o indizível, permite compreender os apagamentos da História.

A historiografia de uma etapa importante para a constituição da memória social brasileira contemporânea, ou seja, os anos da ditadura militar, só agora começou a ser escrita, de forma mais sistemática, a partir de depoimentos dos sujeitos que vivenciaram esse período. Cabe ressaltar ainda que, por mais de 20 anos, uma grande parcela desses sujeitos não pôde, por motivos diversos, assumir e contar suas histórias. Pensamos, assim, nos professores que ensinavam História durante a ditadura militar no Espírito Santo: o que relatam sobre a concepção de História e de seu ensino no período investigado? Como pensam o exercício da docência em meio a movimentos e tensões produzidos em torno das prescrições para o ensino dessa disciplina e dos seus usos em escolas capixabas sob a ditadura? Essas e outras indagações nos movem a propor esta pesquisa, que se coloca diante dos seguintes desafios: a escassez da produção historiográfica dirigida ao Espírito Santo, como um todo, e à educação, em particular, além da precariedade e da dispersão de fontes.

O golpe militar de 1964 interrompeu, gradativamente, importantes movimentos que vinham se desenvolvendo no Brasil, nos anos precedentes. O início dos anos 1960

¹ Trata-se de aprofundamento de discussões empreendidas em tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, em abril de 2015.

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

representou um momento social brasileiro marcado pela luta dos progressistas pelas Reformas de Base. Foi também um período de efervescência cultural, destacando-se o tropicalismo,² o cinema, o teatro e as artes, enfim, manifestações artísticas e debates estéticos (Ridenti, 2000). No cenário político, durante os 21 anos de duração do ciclo militar, sucederam-se períodos de maior ou menor racionalidade (Gaspari, 2009). A história da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do movimento estudantil passou a se confundir com a história da repressão no País. Destituído o governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada (Fávero, 1995).

A ditadura militar buscou silenciar as manifestações dos professores, dos estudantes, dos trabalhadores sindicalizados, dos intelectuais e dos artistas. O poder político e econômico dos grupos dominantes recorreu à manipulação de meandros legais e, quando os riscos de transformações se tornaram maiores, à violência policial-militar, o que ocorreu entre o primeiro e o sexto Atos Institucionais³ (1964 e 1968). Com o chamado “tratamento de choque” aos que fossem considerados subversivos, instaurou-se a repressão governamental. Às penalidades impostas pela ação militar, professores, estudantes e trabalhadores reagiram com protestos públicos, como greves e passeatas, que foram perdendo suas forças pela repressão, entre o AI-5, de 15 de dezembro de 1968, e o Decreto-Lei nº 477,⁴ de 26 de fevereiro de 1969 (Fávero, 1995).

A promulgação da Lei nº 5.692/71 ocorreu no auge da repressão. Vivia-se um momento dicotômico, pois o Estado se transformou em “Estado do terror” e, ao mesmo tempo, obtinha-se o maior grau de consenso e de legitimação social, isso porque amplos setores da sociedade repudiavam as ações armadas, os assaltos a bancos, os sequestros e os atentados promovidos pela esquerda e também pelos êxitos proclamados da política econômica colocada em prática pelo governo. Dessa forma, o clima do País se caracterizava por uma combinação de rejeição e enfrentamento em face à repressão do

² “O tropicalismo talvez tenha sido, simultaneamente, o precursor de uma sensibilidade dita ‘pós-moderna’, mas também o último suspiro da socialização da cultura esboçada nos anos 1960. Afinal, paradoxalmente, como sugere o próprio nome ‘tropicalismo’, sua preocupação básica continuava sendo a constituição de uma nação desenvolvida e de um povo autônomo, afinado com as mudanças no cenário internacional” (Ridenti, 2007, p. 189).

³ Para legitimar o Golpe Militar desferido em março de 1964, os generais que permaneceram na presidência durante o período entre 1964 e 1969 se valeram de decretos para garantir direitos políticos considerados inválidos pela Constituição vigente, conhecidos como Atos Institucionais (AIs).

⁴ O Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, definia as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados dos estabelecimentos de ensino público ou particulares. Foi um dos mais importantes instrumentos repressivos direcionados à área educacional, buscava coibir qualquer manifestação de caráter político ou de protesto no âmbito das universidades (Romanelli, 1986).

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

Estado e de uma euforia forjada em torno do alardeado crescimento econômico (Germano, 2011).

A reforma do ensino primário e secundário, denominados pela Lei nº 5.692/71 de ensino de 1º e 2º graus, atribuiu um sentido instrumental à educação, sob a inspiração da teoria do capital humano, embora recorresse a interpretações democratizantes de correção das desigualdades sociais. A ampliação da escolaridade obrigatória para oito anos, no ensino de 1º grau, foi uma mudança expressiva, embora seja essa uma das promessas não cumpridas. O ensino de 2º grau foi todo orientado na Lei para o mercado de trabalho, ou seja, na obrigatoriedade da profissionalização.

Ao analisarmos os estudos sobre a História e o seu ensino durante o período, percebemos que, embora as pesquisas realizadas tendam a enfatizar a obediência de professores em face do autoritarismo vigente, autores como Almeida Neto (1996), Mimesse (2007, 2008), Lourenço (2006, 2008, 2012) e Andrade (2009) concluem que a ditadura militar interferiu na prática pedagógica dos professores e em sua área de conhecimento, mas essas interferências não foram determinantes o suficiente para inibir toda e qualquer postura contrária ao regime autoritário. Utilizando-se de maneiras mais sutis, os professores burlaram determinações e currículos, rejeitaram reformas e conhecimentos exteriores aos seus. Assim, buscaram saídas para redimensionar os saberes curriculares que não dominavam e não produziam, para transformá-los em saberes práticos, por eles produzidos e dominados.

Para a realização desta pesquisa, optamos pelas interlocuções com Marc Bloch (2001) e Carlo Ginzburg (2002, 2004, 2007), com atenção à forma como os autores trabalham a crítica externa e interna das fontes. Assim, a partir de tais proposições, investigamos a concepção da História e o seu ensino produzidos em documentos prescritivos da área e narrados por professores de História, no Espírito Santo, durante a ditadura militar, entendendo que se trata de uma História não homogênea, voltada para singularidades e desvios, lida a contrapelo.

A opção pela História da Educação do Espírito Santo explica-se por alguns fatores que consideramos relevantes para a investigação: a importância da valorização da História local, a escrita da História a partir das narrativas dos próprios sujeitos, pela via da interlocução das fontes, dispersas e escassas, sobre a educação capixaba. Desse modo, Simões, Franco e Salim (2009: 20-21) entendem

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

“que sejam necessários novos investimentos e olhares sobre o contexto ampliado da história da educação capixaba [...]. Assim, sentimo-nos desafiados a constituir redes que possibilitem não só a ampliação desse campo de estudos, mas especialmente o diálogo entre diferentes espaços de pesquisa da história da educação”.

Para esse esforço investigativo, partimos da compreensão de documento compartilhada por Bloch e Ginzburg, que se baseia na ideia de vestígio. Assim, refutam o entendimento de documento apenas como aquele produzido oficialmente, mas ampliam essa concepção. Nas palavras de Bloch (2001: 73):

“Quer se trate das ossadas emparedadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga [ou recente], o que entendemos efetivamente por documentos senão um ‘vestígio’, quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar?”.

No tocante ao desafio das fontes em relação à História da Educação no Espírito Santo, ressaltamos o que afirma Bloch (2001) a respeito da presença ou ausência de documentos. Para ele, essa ausência deriva de causas humanas, não escapando de modo algum à análise, e adverte que os problemas que sua transmissão coloca tocam o mais íntimo da vida do passado. O que se encontra em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações (Bloch, 2001). Assim, o presente artigo, ao localizar e analisar as fontes até então “negligenciadas” ou, até o momento, não encontradas, inicia-se contextualizando o cenário educacional durante a ditadura civil-militar, discorrendo sobre o objetivo e a opção metodológica empreendida. Em seguida, dialoga com narrativas de professores que ensinaram História durante o período militar em escolas públicas capixabas. Por fim, apresenta elementos conclusivos das interpretações ensejadas ao longo do processo investigativo.

Compreensões da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura civil-militar (1964-1985)

Os relatos sobre “tornar-se professor” balizaram a nossa investigação acerca de compreensões da docência que atravessaram as experiências narradas por professores⁵ capixabas durante a ditadura militar, uma vez que trajetórias de vida e processos de formação são indissociáveis na constituição da docência.

A memória tende a ignorar cronologias, podendo operar com grande liberdade,

⁵ Os nomes dos professores utilizados no artigo são fictícios, visando preservar a identidade dos participantes.

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

recolhendo fatos memorados no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam por meio de índices de significação comum (Bruck, 2012). Portanto, cada sujeito que escutamos apresentou uma forma peculiar de narrar suas lembranças sobre a docência.

Alguns professores seguiram uma ordem cronológica, outros buscavam estabelecer constante relação do presente com o passado, intercalavam os fatos vividos nas escolas com a vida familiar, os problemas, os desafios e as experiências carregadas de humor e de entusiasmo. Em alguns momentos, percebemos efeitos de “porosidade” entre as lembranças de vários universos de pertença e, em muitos casos, observamos a ênfase ao fato de terem cumprido o seu papel de educador, de terem feito o melhor que puderam pelos alunos, pelas escolas e por eles mesmos: “Um dia desses encontrei com um ex-aluno daquele tempo [...] Ele falou comigo: ‘Eu me lembro até hoje das coisas que você ensinava, do caminho a seguir’. Eu falei: ‘Nossa, olha que bonito!’” (Sara);⁶ “Eu peguei essa época da Revolução... fiz um trabalhinho bom!” (Vera);⁷ “Construí meu conhecimento na leitura, mas minha grande referência, minha grande escola foi, sem nenhuma dúvida, os desafios de uma escola pública. Aí aprendi na marra como ser professor. Orgulho-me disso!” (Manoel);⁸ “Eu nunca me arrependi do que eu fiz, não. Uma beleza! Eu fui feliz durante o período que eu dei aula!” (Telma).⁹

Foram relevantes também os gestos, as expressões, as autocensuras, os realces e os silêncios de cada professor, pois as palavras, as pausas, esse discurso tateante, com fios perdidos, quase irreparáveis, são também pistas sobre as percepções que buscamos compreender.

“Bem mais que um documento unilinear, a narrativa da testemunha mostra a complexidade do real. Oferece uma via privilegiada para compreender a articulação dos movimentos da história com a cotidianidade. É muito belo escutar esse rememorar meditativo da testemunha” (Bruck, 2012: 197).

Ao pesquisarmos como os professores compreendiam a docência no período investigado, produzimos nossa escrita, entrelaçando fios de suas narrativas, a partir das seguintes temáticas: a docência como vocação; processos formativos; motivações e desafios que implicaram o exercício da docência; a vigilância exercida pelo Estado; as

⁶ Entrevista realizada em 6 de março de 2013.

⁷ Entrevista realizada em 5 de setembro de 2013.

⁸ Entrevista realizada em 13 de maio de 2013.

⁹ Entrevista realizada em 18 de maio de 2013.

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

repercussões das mudanças instituídas no período no exercício da docência.

“A gente trabalhava com muito amor!” (Lúcia)¹⁰; “Nós éramos professores o tempo todo. Era como um sacerdócio.” (Marta)¹¹; “Apaixonei-me pela profissão e ainda mais pela História.” (Manoel). Nesses relatos, observamos algumas linhas de força quanto à compreensão da docência como vocação, ressaltam-se, ainda, razões subjetivas para explicar o exercício do magistério. Numa outra vertente, justifica-se a inserção na docência em virtude de fatores de ordem material:

“Eu terminei a licenciatura em 61 e dei sorte que estavam precisando muito de professor, porque tinha carência de professor na época, em Afonso Claudio. E eu, que precisava ajudar minha família, fui chorando daqui lá, mas fui e fiquei lá quatro anos e meio e depois vim para Vitória” (Eva).

A investigação sobre os processos formativos teve como mote as interrogações: quando e onde estudaram? Cursaram faculdade? Como ocorreram o ingresso e a duração do curso? Quais as disciplinas eram oferecidas?

Manoel atuou como professor de História entre 1975 e 1976, depois se mudou para Vitória para trabalhar no Banestes, Banco do Estado do Espírito Santo, e fazer faculdade. Em 1979, iniciou o Curso de Desenho na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mas não concluiu. Retornou para Santa Teresa em 1981 e, mesmo trabalhando no banco, continuou dando aulas. Cursou História na década de 1990, como relembra:

“Resolvi fazer licenciatura na Fafic [Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina]. Concluí o curso de História em 1995, foi a última turma em que se permitia fazer graduação apenas em finais de semana [...] Na faculdade encontrei alguns professores excelentes, mas outros foram absolutamente despreparados. Identifiquei-me com algumas matérias, em especial História Medieval, História das Américas e, logicamente, História do Brasil, sem deixar de me interessar por Antropologia e História Moderna. Concluí o curso com boas notas e, agora, com o ‘diploma’ na mão, achei-me confiante para seguir no caminho do magistério”.

O professor, que se graduou em História na década de 1990, prossegue destacando aspectos atinentes à formação no Centro Universitário. Como ao longo de sua narrativa entrelaçaram-se reminiscências sobre sua formação em História e sobre sua atuação com a disciplina, no decorrer dos anos de 1978 a 2008, optamos pelo enfoque também de tais elementos, pois entendemos que foram processos indissociáveis de sua constituição docente e que permeiam as compreensões de História e de seu ensino ao longo de sua trajetória profissional. O professor acrescenta:

¹⁰ Entrevista realizada em fevereiro de 2014.

¹¹ Entrevista realizada em novembro de 2013.

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

“Na época [década de 1990], o MEC permitia aulas nos finais de semana. Estudávamos nas sextas das 19 até as 23h30min, nos sábados das 7 às 11h30min. Nós, alunos, que já dávamos aulas, éramos dispensados dos estágios e das aulas de prática mediante declaração das escolas em que trabalhávamos” (Manoel).

Lúcia formou-se em História, no ano de 1960 na Fafi. “Nesse ano estavam separadas História e Geografia [...] Começamos ali. Fiz três anos. Depois fiz a licenciatura, fiz a parte didática. O professorado quase todo veio de fora, de Belo Horizonte. Foi nessa época que me formei, em 1960”.

A professora Vera revela os desafios e processos que permearam seus percursos de formação, destacando o apoio familiar para que, vinda do interior, pudesse se formar professora.

“Eu comecei a cursar Pedagogia na Faculdade de Filosofia em 1957, aí eu fui de 57... Então eu fiz, eu fiz... Primeiro eu fiz o bacharelado, depois eu quis fazer mais um ano para licenciatura. Então, eu comecei em 57, porque papai mudou-se para aqui... Não, eu comecei em 56... Porque papai... Eu vim com meu irmão primeiro para Vitória de Mimoso do Sul para arranjar onde ficar e tal, porque mamãe... Eles se aborreceram lá em Mimoso, quiseram se mudar pra aqui. Eu já dava aula para o primário. Comecei a dar aula para o primário em 1954... Aí eu trabalhei lá no interior, em Mimoso do Sul, em 54 e 55. Em 56 papai mudou para aqui, em fevereiro, em 1º fevereiro de 56 [...] Eu estudei em 50... Aí em 61 eu terminei. Terminei em 61. Fazia primeiro o bacharelado e depois a licenciatura.

Vera constrói sua narrativa entrelaçando suas experiências como professora, diretora, namorada, noiva, esposa, enfim, são múltiplas identidades que se fundem no tornar-se professora:

“Na Escola Freitas Limas, teve uma época, quando eu fui diretora, que tive até que me afastar do instituto. Me afastei por um tempo, durante o tempo que fui diretora lá no Freitas, em 73, 74, 75 e 76. Aí, quando foi em 76, eu voltei para o Instituto. Até fiquei uns dias no Irmã Maria Horta, porque a minha situação lá... O colégio lá era de primeiro grau na época, então eu vim ali, para Praia do Canto, ali no Irmã Maria Horta. Mas aí a diretora da época era dona C. S., que foi antes de mim. Ela conseguiu me levar com as duas matrículas para o Instituto. Aí fiquei no Instituto até eu me aposentar. No final de carreira, fizeram uma eleição. Eu já estava com uma matrícula só, eu já tinha me aposentado na primeira, do Freitas, aquela que era lá do Curso de História, porque eu fiz concurso para História inicialmente. Aí eu fiquei ali, no Instituto [...], com uma cadeira só. Aí eu falei com o meu marido: ‘Agora está bom’, porque eu tinha três filhas e elas eram garotas ainda, porque, na época, eu me casei bem tarde, nós namoramos muito tempo, porque meu marido não podia, estava estudando, ganhava pouquinho”.

Vera intercala percursos profissionais com aspectos da vida pessoal. Desse modo, o casamento e a maternidade são tomados como marcos na sua carreira. Ela declara a predileção pela docência quando relata sua atuação como gestora escolar:

“Quando cheguei [em Vitória], não fui só para o Fernando Duarte Rabelo, não, porque eu tinha duas matrículas. Trabalhei muito tempo em Paul. Eu tinha duas matrículas, uma no Francisco Freitas Lima, atualmente escola de 1º e 2º graus, Dr.

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

Francisco Freitas Lima, de Vila Velha, em Paul. Depois, quando saí dessa escola, eu já era casada e perdi meu primeiro nenê, então me ofereceram com insistência a direção, *porque eu gosto mesmo é de dar aula*, mas eu administrei, graças a Deus, por duas vezes, o Freitas Lima e depois o Fernando Duarte Rabelo e, graças a Deus, não me dei mal, não. Fiz um trabalho bom. Felizmente, o pessoal ajudou muito, mas deu certo”.

Sara trata de sua constituição docente como um processo marcado por escolhas, entre o investimento na formação e o noivado. Ela menciona também os processos de transição da Escola Normal Pedro II para o Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo, os cursos de formação e a escolha de profissionais para atuarem nessa instituição, em 1971:

“A Escola Normal Pedro II ficou funcionando [...] nesse prédio novo, mas ainda como Escola Normal Pedro II, aqueles que entraram no 1º ano, que iam entrar no 1º ano, já entraram no Instituto de Educação Fernando Duarte Rabelo, você entendeu? Eles fizeram essa reciclagem de escolher alguns professores que eles acharam que tinham mais o perfil do Instituto que ia se implantar lá, então eles escolheram os professores para já começar a trabalhar no Instituto. Eu fui uma das escolhidas, eu não me lembro quais foram as professoras, só sei que eu fui escolhida. A M. C. S., ela era muito ligada a esse secretário. Então, ela virou diretora. Só que esse pessoal que veio do Rio, eles ofereceram aos professores umas bolsas de estudos para você ir fazer uns cursos, mestrado, naquela época, na PUC do Rio. Coisa que o Estado não deixava, mas isso foi uma exceção. Essa professora era muito famosa lá no Rio e tudo e conseguiu que o Estado mandasse... E ela, inclusive, me escolheu para ir. Ela escolheu M. C. S. e eu não fui. Minha mãe nem ficou sabendo, porque eu era noiva, na época. Eu falei assim: ‘Eu sair daqui agora para ir pro Rio fazer o mestrado? Não sei se esse negócio aí vai dar certo, não, porque vai acabar com meu noivado’. Aí eu não fui, mas a M. C. S. era casada, tinha filhos e foi”.

Telma ministrava aulas de História antes de concluir a faculdade. Cursava Ciências Sociais: “Quando fiz a prova do MEC para trabalhar com a disciplina História, eu já estudava em Cachoeiro do Itapemirim. Eu terminei em 1969. Eu fiz Ciências Sociais, não fiz História”. Ela relata interrupção, idas e vindas em sua atuação profissional:

“Quando eu vim para Vitória, em 1969, fiquei à disposição da Secretaria. Depois eu não quis ficar e voltei para Cachoeiro. Em agosto de 1972 eu fiz um concurso só de títulos, na UFES, e fui chamada para dar aula no Curso de Sociologia e no Curso de Serviço Social. Consegui, ainda, trabalhar à tarde na Sedu, em 1972”.

Sara destaca a inserção na docência pela via de concursos públicos: “Em 1970, houve um concurso para professor do Estado [...] Eu tirei em 2º lugar e escolhi a Escola Normal Pedro II. Aí eu entrei para dar aula de História na Escola Normal D. Pedro II”. Lúcia fez concurso duas vezes para a Escola Normal: “a primeira vez eu passei, mas fui nomeada interinamente, porque não havia vaga [...] Mas daí a um ano ou dois teve outro concurso e eu tirei o 1º lugar, e só tinha uma vaga, e eu fui nomeada e fiquei lá na Escola Normal, onde eu já estava”.

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

Um ponto em comum na trajetória profissional de Vera, Manoel e de Lúcia foi a prática docente anterior à formação em nível superior:

“Eu comecei a trabalhar com 17 anos no Grupo da Praia do Suá. Tinha uma pessoa que era secretária do Grupo e falou: ‘Lúcia, nós precisamos tanto de professor, você não pode nos ajudar?’. E eu fui, dei aula de tudo! [...] Antes mesmo de fazer concurso eu já comecei a dar aula” (Lúcia).

Telma passou em prova aplicada pelo MEC:

“Eu dava aula de História lá no interior [Jerônimo Monteiro], mas eu não tinha faculdade. Então, a gente fazia uma prova pelo MEC e eu tenho a carteirinha até hoje. A carteirinha é de 1967, de História, e nela diz: ‘Válido para locais onde houver falta de licenciados na forma da Portaria 142/65’. Era emitida pelo MEC”.

Rute¹² formou-se em Geografia na Universidade Federal do Espírito Santo, em 1978. Como cursou o magistério, antes de concluir a faculdade, atuava no ensino primário. Inserindo-se na docência antes da formação superior, após aprovação em concurso público, simultaneamente aos processos de formação inicial, em escolas do interior ou da Grande Vitória, os professores inventavam modos de exercer a docência.

“Por que é que fazemos o que fazemos em sala e aula?”. Segundo Nóvoa (1995), as respostas a essa questão evocam misturas de vontades, de gostos, de experiências, de acasos, até que se consolidam gestos, rotinas, comportamentos com os quais nos identificamos como professores. Por isso, “cada um tem o seu modo de organizar as aulas, de se movimentar na sala, de se dirigir aos alunos, de utilizar os meios pedagógicos, um modo que constitui uma espécie de *segunda pele profissional*” (Nóvoa, 1995: 16, grifos do autor).

Algumas narrativas revelam marcas do período ditatorial. A historiografia do ensino de História (Abud, 2008; Bittencourt, 2009; Fonseca, 1997) indica que, durante esse período, professores de História tornaram-se alvos do sistema de vigilância e censura, formais e informais, instaurado com o recrudescimento da repressão política. Como os professores capixabas perceberam o controle do Estado autoritário nas escolas? Sara relata tensões sobre o momento em que estudou na UFES:

“Eu tive colegas, não era no Instituto, foi no meu período de faculdade, eu tive colegas que foi uma loucura. Eu tinha um professor de História que ele tinha... tinha a Z. S., ela era muito inteligente e de esquerda. Ela era altamente perseguida dentro da sala de aula [...] O professor falava assim com a Z. S.: ‘Olha, por que você não sai daqui e vai lá para Cuba, União Soviética, ao invés de ficar aí perturbando a gente?’. Ele perseguiu ela

¹² Entrevista realizada em janeiro de 2014.

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

muito lá dentro” (Sara).

Manoel denomina esse período como “Anos de Chumbo”, tendo em vista o cerceamento das liberdades e o controle presente nas escolas. A professora Lúcia cita “colegas professores – não sei se Sara deu esse depoimento –, noivos que foram presos, entendeu? Colegas que foram presos porque ‘peitaram’ mesmo”. Sara declara:

“uma professora foi incumbida pela Sedu [Secretaria da Educação] para passar nas salas e ver como eram as aulas. Se as aulas do professor estavam de acordo com o perfil do Instituto de Educação. Tinha gente que dizia que ela ia lá para fiscalizar, se você não ficava falando contra o governo”.

Sara continua afirmando que, em suas aulas, “ela nunca fez nenhuma interferência. Tinha gente que tinha muito medo dela, mas na minha sala ela nunca fez, não. Ela ficava caladinha lá atrás”. Em relação às pessoas que “fiscalizavam” as aulas, afirma: “eu nunca me sentia tolhida não. Eu nunca fui de esquerda”. Para ela, “o controle que eles [referindo-se a quem vigiava, representante do Estado] faziam era muito pouco. Como eu falei, eu não era um elemento de esquerda, embora eu tivesse o marido que era, eu não ficava falando mal do governo” (Sara).

A professora Lúcia, ainda que reconheça a presença de pessoas incumbidas de “fiscalizar”, afirmou desconhecer a sua identidade: “Tinha gente que observava dentro da sala. Era difícil”. E acrescentou: “Sobre as pessoas que vigiavam, a gente não sabia quem era. Ninguém sabe [...] Na escola, entrava matriculado ou não sei como, mas entrava, eu nunca vi, não sei quem é, mas eu era alertada. Não dava para saber quem era, mas existia”.

Nas narrativas, identificamos a preocupação com a família e com o próprio trabalho, além da certeza de ter exercido a “docência com profissionalismo e dedicação”, como justificativa para atitudes tomadas: “Era difícil. E eu confesso... que eu não sei... se isso é covardia, mas eu tinha três filhos pequenos, por isso não enfrentei ou fiz qualquer manifestação contrária ao regime” (Lúcia). Acrescenta, ainda, de uma forma descontraída e acompanhada de risos: “e eu falava em casa: ‘Se eu tivesse certeza que eles me deportassem para Paris, eu ia’ [...] Tínhamos colegas que foram presos porque peitaram mesmo. Eu não tive essa coragem e tive muito cuidado, porque a gente era muito observado” (Lúcia). Manoel declara: “Não nego que fui um professor austero, sistemático e muitas vezes intransigente. Era preciso ser para que as aulas não virassem uma anarquia”.

Sara não participou de movimentos “de esquerda”, mas admirava as pessoas que se

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

envolviam. Ficava entusiasmada. “Não penetrei, isso que eu te falei: não participei”. Enfaticamente, assegura o seu não envolvimento nas manifestações e nos movimentos de resistência, procurando deixar claro que seu marido sofreu, foi preso, torturado e perseguido, mas que ela não sofreu qualquer forma de repressão. Essa docente sinaliza o cuidado necessário com relação ao que se dizia em sala de aula, considerando que ser professor no período era “ter uma profissão arriscada”:

“Não era fácil, não. A gente tinha que ter cuidado, porque não sabia o que dizer, como dizer. Era fácil porque a turma era mais dócil, mas dizer que se dava uma aula de História como se daria hoje, não. A Revolução controlava não só os professores, que são formadores de opinião. Então, a gente tinha uma profissão meio arriscada, como jornalistas, atores, toda essa gente forma opinião. Então, a gente sentiu essa barra aí” (Sara).

Para Rute, “o professor já foi mais politizado, mas depois ele foi perdendo. O regime percebia os professores da escola básica como pessoas que tinham conhecimento, eram politizados e poderiam ser ameaça, por isso criaram situações para que eles fossem deixando de ser”.

As mudanças produzidas pelo Estado durante o período ditatorial afetaram também a História ensinada. Lúcia ministrou suas aulas, usando “o livro didático, repetindo o que estava ali, obrigações sociais do homem, Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e o que é isso o que é aquilo, então ficou uma História um pouco truncada”. Para ela: “Uma história que você quer dar, fazendo uma análise da estrutura, da conjuntura, do real significado das coisas, não era possível. Você tinha que ser repetitivo”. Acrescenta que só se liberou um pouco quando foi para UFES: “A escola era mais vigiada que a UFES, mas acho que é porque, quando fui para UFES, já estava entrando na abertura política” (Lúcia).

Manoel percebe que o período desafiava quem atuava nas escolas. Ele ressalta formas encontradas para enfrentar os problemas, como a falta de orientação pedagógica: “Como falar em prática pedagógica num período que as escolas não tinham constituído, com raras exceções, os seus Projetos Político-Pedagógicos? Enfrentávamos dificuldades de orientações pedagógicas, e cada um ministrava suas aulas conforme achava melhor” (Manoel). Para ele:

“ensinar História e outras disciplinas afins nesse período foi extremamente ‘perigoso’, tanto do ponto de vista de aluno e, poucos anos mais tarde, como professor. Quem ousasse falar, por exemplo, que Tiradentes fora um homem comum, corria o risco de ser chamado subversivo”.

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

A “massificação” do ensino ocorrida pós-1964, sobretudo com a implementação da Lei nº 5.692/71, aumentou o número de alunos nas escolas públicas, principalmente daqueles provenientes das classes pobres. Acrescenta-se a tal cenário um decréscimo de investimentos públicos na área da educação (Fonseca, 1997).

Rute percebeu o impacto desses fatores na educação do período: “Antes de 64 o ensino não era para todos, mas tinha qualidade. Depois, passou a ser para todos, mas sem qualidade”. Manoel vivenciou momentos em que pensou em desistir: “Além das dificuldades inerentes à profissão, havia a questão financeira [...] Classes superlotadas, alunos que saíam de escolas rurais e vinham para a sede sem a mínima preparação. Muitos deles semianalfabetos. Desestímulo geral”. Sara ministrava aulas considerando o desempenho dos alunos, por isso, “baixava o nível”:

“Nas aulas, muitas vezes você não conseguia alcançar aquilo que planejava, porque aluno de escola pública sempre dizia: ‘Eu não tenho tempo, eu trabalho, eu não posso comprar’, mas a escola comprava livro e nós distribuíamos na sala para os alunos. Então, tínhamos que baixar o nível das aulas, senão dava problema em relação aos alunos, que não acompanhavam” (Sara).

Os professores evidenciaram diferentes dimensões da vida, como suas experiências de formação acadêmica, percepções sobre o exercício profissional, desafios que o regime militar impunha e os percalços enfrentados nas escolas públicas, em face das mudanças provenientes do projeto político e educacional do período, quanto ao aspecto material, pedagógico e político.

Narrativas de professores sobre suas compreensões da História ensinada durante o regime civil-militar

Para a discussão a respeito das narrativas de professores sobre suas compreensões da História ensinada, estabelecemos os seguintes temas: a escolha pela História; o ensino das disciplinas Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira, Estudos de Problemas Brasileiros; e os métodos utilizados no ensino de História.

Quanto ao “tornar-se professor de História”, observamos diferentes motivações. Manoel narra sua aproximação com a História lembrando processos formativos intrinsecamente relacionados com o seu “encontro” e a sua “paixão” pela História:

“Tinha minha vida profissional definida. Trabalhava no Banestes, mas minha cidade era carente de professores. Chamaram-me para ensinar História, à noite, na escola pública; isso porque fui bom aluno nessa disciplina. Apaixonei-me pela profissão e ainda mais pela História” (Manoel).

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

Houve casos em que a admiração por um professor, na juventude, teria influenciado a escolha:

“Quando eu estava no ginásio, eu via minha professora de História e dizia: ‘Eu quero ser isso’. Eu achava lindo a professora explicando sobre os astecas, sobre os incas, os maias. Pensava: ‘Eu tenho que ser professora de História’. Sempre ficou isso na minha cabeça. Então eu fui” (Sara).

Vera destaca o gosto, o prazer em ler e em se aproximar da História:

“Eu acho História uma coisa linda... Eu já li, por exemplo, assim, um livro grosso só sobre Maria Antonieta, que falava da história dela, assim, da França, aí eu li aquela história toda, eu achava bonito ler e acho até hoje... Eu gosto de História, eu acho bonita a matéria”.

Telma cursou Ciências Sociais e se sentiu atraída por essa área, mas observou que o curso se compunha de muitas disciplinas que tinham afinidade com a História, Antropologia, por exemplo.

Três professores (Manuel, Lúcia e Sara) escolheram deliberadamente o Curso de História. Outras duas (Vera e Telma) se aproximaram da disciplina: uma pela via da formação com disciplinas afins, e outra por meio das leituras. Contudo, a História atravessou a trajetória profissional de todos os entrevistados a partir da inserção dos Estudos Sociais no currículo das escolas.

Além de trabalharem com História e Geografia, reunidas na disciplina Estudos Sociais, os professores assumiram disciplinas acrescentadas ao currículo: Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira, Estudos de Problemas Brasileiros, além de atuar em atividades dos Centros Cívicos. Seis dos sete professores que participaram da pesquisa relataram que ministraram algumas dessas disciplinas.

“Eu dei aula também um tempo de Educação Moral e Cívica, na época da Revolução. Eles me escolheram porque eu era ‘filha de Maria’, né? [risos] Era filha de Maria, então o diretor do Colégio [...] sabia e, assim, me escolheram. Eu fiz um cursinho especial para dar aula de Moral e Cívica sobre a Revolução, para não deixar falar mal do Governo, né? Aquela coisa assim... A gente falava assim, moderadamente, para não ofender nem A nem B. Eu sempre fui assim” (Vera).

Para Manuel,

“dar aulas de História era muito complicado. Cheguei a ministrar Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, disciplinas enfadonhas. Tinha que fazer o impossível para não cair na mesmice e fugir dos olhares de desaprovção por parte da direção, pedagogas e até mesmo de outros professores”.

O professor reporta-se aos tempos em que foi aluno e considera que essas

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

disciplinas “nunca formaram cidadãos, pelo contrário, eram ministradas de forma metódica, que nos forçava apenas a decorar hinos, armas e brasões, um terror. Faltou-nos dialética” (Manoel). A inserção de tais disciplinas evidenciou, para Rute, a intervenção no que se deveria incluir e excluir no currículo: “O que falava de política, em que você vai ver a realidade mesmo, eles tiram e introduzem mais a Geografia Física”. No que se refere à forma como era orientada para trabalhar tais disciplinas, concluiu que, “na escola, o próprio livro que utilizávamos era direcionado para o que deveria ser ensinado” (Rute).

Lúcia considerou muito difícil a época em que lecionou a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros. Disse que comprou muitos livros de Geopolítica e que tratava de questões relativas ao comércio (voltados para a área de Economia):

“Nessa época não tinha nada, a bibliografia era praticamente zero. Tinha um livro de José Teixeira, grosso assim, que hoje em dia deve ser mais fácil conseguir, mas eu me lembro que, naquela época... Minha tia tinha esse livro e me deu. E depois uma aluna me ofereceu de presente. Eu fiquei com dois. Moral e Cívica não tinha quase livro. Eles editaram do jeito deles, como eles queriam” (Lúcia).

De modo geral, as narrativas sobre o ensino de História tendem a privilegiar métodos e técnicas. Manoel, atuando como professor, mesmo antes da graduação, percebia que a disciplina era ensinada de forma fragmentada, factual, sem qualquer tipo de análise ou crítica. Isso o incomodava, porque

“entendia que as aulas de História tinham que ter uma dimensão muito maior do que apenas os livros didáticos. Foi necessário então aplicar a ludicidade para que os alunos pudessem ‘entender’ a disciplina de forma orgânica, como sujeitos da própria história. Minhas aulas se desenvolviam com mais coerência e emoção” (Manoel).

Manoel preparava as aulas de forma a prender a atenção dos alunos: “Jograis, tira-teima [...] Minhas questões, numa eventual avaliação, eram absolutamente reflexivas e instigantes. Forçava-os a pensar”.

Para Telma, a História tornava-se mais interessante com o uso de recursos audiovisuais:

“A História que ensinávamos era a História Geral: Portugal, Espanha, países onde eu fui. Então, nas minhas aulas, eu usava o que eu tinha visto e aprendido em minhas viagens. Quando eu ensinava o Renascimento, saiu nas bancas revistas sobre a Europa, e eu comprava e levava para a sala de aula. Eu usava também os slides que tinha comprado na Europa, porque também comprei o projetor de slides”.

A professora refletiu:

“Pensa bem? Nas salas de aula, lá no interior, não tinha nem tomada, era uma dificuldade para conseguir projetar, mas imagina como os alunos ficavam? Na História

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

isso tem muito valor. Mostrar a História assim não era interessante? Eu gostava muito, na verdade, gostava não, achava importante” (Telma).

Assim como os relatórios dos Estágios de Treinamento e as Propostas de 1969, 1973 e 1974, as narrativas também revelam a preocupação com os modos de ensinar. Técnicas de aprendizagens são privilegiadas em detrimento do conteúdo a ser ensinado. Os professores narraram o que faziam em suas aulas, as técnicas, os materiais, os recursos audiovisuais utilizados e as estratégias mobilizadas para ensinar História. Os conteúdos foram minimamente mencionados. Assim, as narrativas dos professores remetem ao ensino de uma história eurocêntrica, e os conteúdos de História do Brasil constituíram-se em apêndice.

Identificamos ainda a compreensão de uma História constituída a partir das análises das conjunturas, das estruturas, mas que, durante o período, foi ensinada de forma repetitiva, a partir do uso do livro didático. Segundo o professor Manoel, o ensino de História deveria ter o aluno como sujeito e propor atividades problematizadoras. A narrativa desse professor destoa das falas dos demais entrevistados, o que pode ser explicado pelo fato de ter cursado a graduação em História posteriormente à época estudada, na década de 1990.

Atribui-se o caráter repetitivo e pouco problematizador do ensino de História à vigilância exercida na escola pelo regime, ao desempenho insatisfatório dos alunos e à reprodução de conteúdos e exercícios contidos no livro didático. Por outro lado, seja pela repressão, seja impulsionados pelo projeto político e educacional implantado pelo regime, os professores relataram alterações nos modos como planejavam e ministravam suas aulas.

Quando se referem às disciplinas que passaram a compor o currículo sob a Lei nº 5.692/71 – Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira e Estudo de Problemas Brasileiros –, os professores expressam tanto a crítica aos conteúdos e aos modos como deveriam ser ensinados quanto a adaptação e o investimento no trabalho realizado com cada uma dessas disciplinas.

Em outras palavras, diante da nova configuração curricular e da ênfase à formação técnica, buscavam tornar as suas aulas mais atraentes para os estudantes. Há professores que zelavam por desenvolver um “bom trabalho”, mesmo que isso implicasse a adoção de modelos autoritários, e que reconhecem ter ensinado uma História meio “truncada”, a partir de conteúdos constituídos em torno de hinos, brasões e deveres cívicos. Professores

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

que, em meio às diretrizes a serem seguidas, priorizavam os métodos em detrimento dos conteúdos.

Considerações finais

Ao investigarmos a constituição docente dos professores que ensinaram História durante o regime ditatorial no Brasil constatamos que seus relatos sobre a docência contemplaram as seguintes dimensões: a formação acadêmica, a inserção na profissão e a atuação profissional em face do regime ditatorial. Trata-se, desse modo, de relatos de suas trajetórias de vida, que colocam em evidência o modo como cada pessoa mobiliza seus conhecimentos, seus valores, suas energias, dando forma à sua compreensão da docência, num diálogo com os seus contextos. A formação desses docentes se deu em cursos diversos: três em História, um em Pedagogia, dois em Geografia, um em Ciências Sociais, porém todos ministraram, durante o período investigado, as disciplinas de Estudos Sociais e cinco, a disciplina História. Além disso, seis dos sete lecionaram Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira, e Estudo de Problemas Brasileiros. Seus processos de formação são permeados por escolhas, rupturas, desafios, mudanças, necessidade de adaptações e pela certeza de terem desempenhado com profissionalismo a docência.

A formação inicial tende a se tornar determinante para sua constituição profissional. Acontecimentos da vida pessoal são compreendidos como atravessamentos e rupturas nos processos formativos e no exercício docente. Identificamos a compreensão da docência aproximando-se da noção de vocação, constituindo-se em entendimentos pautados em razões subjetivas para a escolha profissional e também para a decisão pela docência em função de fatores de ordem material.

Ao relatarem sobre suas compreensões da docência, os professores mencionam diferentes dimensões da vida, como suas experiências de formação acadêmica, suas percepções sobre o exercício profissional, os desafios que o regime militar impunha e os percalços enfrentados nas escolas públicas, em face das mudanças provenientes do projeto político e educacional implantado pelo regime, quanto ao aspecto material, pedagógico e político. Observamos que seus processos formativos são permeados por escolhas, rupturas, desafios, mudanças e necessidade de adaptações e pela certeza de terem desempenhado com profissionalismo a docência. São assim modos distintos de

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

compreender a docência, em que alguns destacam a escolha deliberada pela profissão de educador e, especificamente, pela docência em História.

Ao tratarmos das compreensões da História narradas por professores, consideramos que seus relatos são imbrincados de reminiscências acerca da vida pessoal, profissional e dos processos históricos em que se situaram tais vivências. Assim, ouvimos relatos sobre a escolha pela História; sobre as ações repressivas diretas ao ensino de História praticado em sala de aula; sobre o ensino das disciplinas de O.S.P.B. e E.M.C., que passaram a ser ministradas por professores de História, na maioria dos casos e sobre compreensões da História e de seu ensino no período.

Identificamos a percepção de uma História constituída a partir das análises das conjunturas, das estruturas, mas que durante o período, teve que ser ensinada de forma repetitiva, a partir do uso do livro didático, pautada em obrigações sociais do homem. Outros relatos inserem-se na compreensão de História, percebida como uma matéria bonita, portanto, a opção pela área advém do fato de gostar, considerar atraente. São modos de relatar suas experiências que nos indicam pistas para pensarmos o que compreendem por História e por seu ensino. Não são mencionados, assim, elementos da ciência de referência ou do campo disciplinar, mas aspectos subjetivos relacionados à História.

Pelos relatos dos professores observamos que, seja pela repressão instituída ou pelas mudanças produzidas pelo projeto político e educacional implantado pelo regime, eles parecem ter percebido a necessidade de alteração nos modos como planejavam e ministravam suas aulas, referindo-se aos problemas objetivos enfrentados em sala de aula, como as classes superlotadas, alunos despreparados e semialfabetizados.

As mudanças ocorridas no período da ditadura incidiram de forma diferenciada na vida de cada um dos professores. Alguns relatos apontam ações repressivas do regime, em seus processos de formação inicial. Outros enfatizam formas de controle do Estado, seja pela via do livro didático, que indicava o que deveria ser ensinado e de que forma, seja pela vigilância exercida na sala de aula, por uma professora designada para este fim. Houve, ainda, quem descrevesse o controle como pouco perceptível e entendesse que o exercício docente se deu normalmente, sem qualquer interferência do Estado. Essa pluralidade de compreensões narradas pelos professores nos desaconselham a homogeneizar a docência e o ensino de História em tempos ditatoriais.

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

Referências bibliográficas

ABUD, Kátia (2008), “Currículos de história e políticas públicas: os programas de história do Brasil na escola secundária” in Circe Maria Fernandes Bittencourt (org.), *O saber histórico na sala de aula*, São Paulo, Contexto, pp. 28-41.

ALMEIDA NETO, Antonio S. (1996), *O ensino de história no período militar: práticas e cultura escolar*, Dissertação de Mestrado em Didática, São Paulo, Universidade de São Paulo.

ANDRADE, Raquel de Sá (2009), *Professores de história no período pós-1964: percursos e práticas*, Dissertação de Mestrado em Educação, Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (2009), *Ensino de história: fundamentos e métodos*, 3. ed. , São Paulo, Cortez.

BLOCH, Marc (2001), *Apologia da história ou o ofício do historiador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

BRUCK, Mozahir Salomão (2012), “Profa. Ecléa Bosi – Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano”, *Dispositiva: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas*, vol. 1, n. 2, pp. 196-199, [consulta em 26/04/2024]. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4301>

CERTEAU, Michel de (2008), *A escrita da história*, 2. ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. (1995), *A UNE em tempos de autoritarismo*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

FONSECA, Selva Guimarães (1997), *Ser professor no Brasil: história oral de vida*, Campinas, Papirus.

GASPARI, Elio (2009), *Ditadura envergonhada*, São Paulo, Companhia das Letras.

GERMANO, José Willington (2011), *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*, 5. ed., São Paulo, Cortez.

GINZBURG, Carlo (2002), *Relações de força: história, retórica e prova*, 1. reimp., São Paulo, Companhia das Letras.

GINZBURG, Carlo (2004), *Nenhuma ilha é uma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*, São Paulo, Companhia das Letras.

Miriã Lúcia Luiz - *Compreensões da história e da docência em narrativas de professores capixabas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 27-46. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a2

GINZBURG, Carlo (2007), *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, São Paulo, Companhia das Letras.

LOURENÇO, Elaine (2006), “A formação docente entre a legislação e o currículo: história e estudos sociais nos anos 1970” in *VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino De História, Anais*, Belo Horizonte, UFMG, 2006. 1 CD-ROM.

LOURENÇO, Elaine (2008), “Os grupos escolares do Estado de São Paulo nos anos de 1970: Entre CERHUPE e a CENP” in *VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino De História, Anais*, São Paulo, Feusp, 2008. 1 CD-ROM.

LOURENÇO, Elaine (2012), “Educação moral e cívica e ensino de história, aportes disciplinares de formação: um estudo comparado”, *Revista HISTEDBR On-line*, n. 45, pp. 139-152, [consulta em 14/02/2024]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640142>.

MIMESSE, Eliane (2007), “O ensino profissional obrigatório de 2º grau nas décadas de 70 e 80 e as aulas dos professores de história”, *Revista HISTEDBR On-line*, n. 26, pp. 105-113.

MIMESSE, Eliane (2008), “As avaliações aplicadas pelos professores na disciplina história nas décadas de 1970 e 1980”, *Revista HISTEDBR On-line*, n. 30, pp. 119-132.

NÓVOA, António (1995), *Vidas de professores*, Porto, Porto Editora.

RIDENTI, Marcelo (2000), *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*, Rio de Janeiro, Record.

RIDENTI, Marcelo (2007), “Intelectuais e artistas brasileiros: nos anos 1960/1970: ‘entre a pena e o fuzil’”, *ArtCultura*, vol. 9, n. 14, pp. 185-195.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira (1986), *História da educação no Brasil*, 8. ed., Petrópolis, Vozes.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel (org.) (2004), *História da educação no Espírito Santo: catálogo de fontes*, Vitória, EDUFES.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde (2009), “A história da educação no estado do Espírito Santo: o que se produz na academia” in Regina Helena Silva Simões (org.), *História da educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção*, Vitória, Edufes, pp. 15-25.